RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Segunda-Feira, 09 de Novembro de 2026

Conheça os dez integrantes do Conselho Superior do MPF que julgam caso Gonet

Conselho Superior analisa procedimento contra procurador-geral da República nesta sexta-feira sobre caso Banco Master

O Conselho Superior do Ministério Público Federal se reúne nesta sexta-feira (25) para deliberar sobre a conduta do procurador-geral da República, Paulo Gonet, em procedimentos vinculados ao Banco Master. A composição deste órgão compreende dez membros, entre os quais Gonet, que examinarão a viabilidade das acusações para prosseguimento das apurações. Ressalte-se que o atual titular da Procuradoria-Geral da República não participará do processo de votação, em razão de ser investigado no caso em questão.

A ação foi deflagrada após a veiculação de comunicações obtidas pela Polícia Federal a partir do aparelho celular de Daniel Vorcaro, nas quais Gonet é mencionado em diversas situações. O Conselho deve verificar se os dados disponibilizados apresentam fundamentos adequados para dar prosseguimento a investigação acerca de eventual prática ilícita pelo PGR.



Palver: 72% acham que imagem de Moraes foi a mais afetada por crise do STF



Mendonça diz que Moraes usou relatórios da PF como "peça de intimidação"



Os subprocuradores que participam da sessão

Francisco de Assis Vieira Sanseverino

O subprocurador exerce a função de relator deste procedimento no conselho. Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1983, Sanseverino cursou mestrado em Instituições de Direito e do Estado pela PUC-RS e ministrou aulas na Faculdade de Direito dessa instituição entre 1987 e 2008.

Na condição de subprocurador, lidera a 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, órgão responsável por operacionalizar investigações relativas a movimentação ilícita de recursos financeiros, evasão fiscal, análises financeiras e infrações contra o Sistema Financeiro Nacional.

Nicolao Dino

Nicolao mantém laço de parentesco com o ministro da Suprema Corte Flávio Dino. Na condição de vice-presidente do Conselho, assumiu o cargo em primeiro de setembro, mesma data em que as correspondências de Vorcaro referentes a Gonet foram tornadas públicas. O subprocurador comandará a sessão, já que Gonet está impossibilitado de atuar na apreciação de um procedimento que envolve diretamente sua própria conduta.

Graduado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão, possui especialização em Direito pela mesma faculdade e mestrado pela Universidade Federal de Pernambuco. Ingressou no Ministério Público Federal como procurador em 1991 e recebeu promoção a procurador regional em 2003. Exerceu funções de secretário de Relações Institucionais da Procuradoria-Geral entre 2013 e 2014 e foi alçado a subprocurador-geral em 2014.

Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho

Possui graduação em Direito pela PUC-MG, além de mestrado e doutorado em Direito pela UFMG. Atuou como procurador regional eleitoral substituto em Minas Gerais entre 1993 e 1994. De 1996 até 1998 desempenhou funções como procurador em Minas Gerais.

Dirigiu o setor de pós-graduação da Escola Superior do Ministério Público da União (2004 a 2006) e exerceu o cargo de procurador-chefe substituto da Procuradoria Regional da 1ª Região (2003-2005).

Atuou como corregedor do Ministério Público Federal (2013-2017), conselheiro do Conselho Superior desde setembro de 2018 e secretário de Cooperação Internacional (2019-2023).

Em dezembro de 2025, foi designado para o cargo de vice-procurador-geral da República.

Ana Borges Coelho Santos

Formou-se em Direito pela Universidade Federal do Amazonas em 1985, possuindo mestrado e pós-graduação em Direito pelo UniCEUB, além de especialização em direitos social, ambiental e do consumidor. Trabalhou como procuradora estadual no Amazonas, procuradora da República e procuradora regional. Possui ampla experiência em áreas cível, criminal, eleitoral e de defesa coletiva.

José Adônis Callou de Araujo Sá

Licenciado em Direito pela Universidade Federal do Ceará com mestrado pela mesma instituição, Araujo atuou como procurador em várias unidades federativas: Pernambuco (1992-1996), Rio Grande do Norte (1996) e Ceará (1996-2001). Exerceu a função de procurador eleitoral junto ao Tribunal Regional Eleitoral

cearense nas votações de 1998, além de integrar o Conselho Nacional de Justiça entre 2007 e 2011 e o Conselho Superior do MPF de 2019 a 2023.

Alexandre Camanho de Assis

O subprocurador graduou-se em Direito pela Universidade de Brasília. Completou mestrado na mesma faculdade e iniciou doutorado na Universidade de Buenos Aires, porém não concluiu. Especialista em Direito Internacional Público, integrou o MPF a partir de 1993, recebendo promoção a Procurador Regional da República em 2003.

Samantha Chantal Dobrowolski

Dobrowolski foi pioneira como mulher atuante no Ministério Público Federal com atuação no Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Mestre e Doutora em Direito, trabalhou como procuradora regional da Procuradoria Regional da 3ª Região abrangendo São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Como subprocuradora, comanda a Comissão Permanente de Assessoramento de Leniência e Colaboração Premiada, estrutura criada pelo MPF destinada a debater e fomentar acordos corporativos com o Estado. Dobrowolski colaborou como coordenadora da obra "Lei Antitruste: 10 anos de combate ao abuso de poder econômico", lançada em 2005.

Celso de Albuquerque Silva

Bacharel em Economia e Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso, também mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1999) e doutor pela mesma instituição (2004).

Ingressou no Ministério Público Federal em 1995. Como subprocurador, atua como professor associado na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Janice Agostinho Barreto Ascari

A subprocuradora formou-se em Direito pela FMU e realizou mestrado em Direito do Trabalho na USP. Trabalhou como assessora jurídica do Bradesco em 1985. Na OAB, foi docente de ética profissional no programa de estágio e integrante da Comissão de Ética e Disciplina entre 1987 e 1990. Ascendeu ao cargo de procuradora em 1992 e, dois anos depois, obteve promoção a procuradora da República.

Quando chefiava o Ministério Público Federal em São Paulo, Janice Agostinho Barreto Ascari participou ativamente da inclusão do nome do ex-parlamentar Luiz Estevão em denúncia que apura as impropriedades na execução do Fórum Trabalhista paulista.